

Grupo Fartura de Hortifruti Ltda.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do auditor independente**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. José de Souza Campos, 507 – 5º andar
Edifício Toulon | Cambui
Campinas | SP | Brasil

T +55 19 3294.8008
www.grantthornton.com.br

Aos:
Quotistas e Administradores da
Grupo Fartura de Hortifruti Ltda.
Campinas - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo Fartura de Hortifruti Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Grupo Fartura de Hortifruti Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Falta de documentação suporte para registro de itens do Ativo Imobilizado
Conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, o valor registrado no ativo imobilizado da Empresa monta R\$ 43.690mil dos quais R\$ 3.2 mil aproximadamente estão suportados somente através de laudo de inventário físico realizado por terceiros, entretanto, não nos foram apresentadas as documentações suporte referente aos valores de aquisição para este montante com referência a esse respectivo valor. Dessa forma, não nos foi possível realizar outros procedimentos para atestarmos sobre o saldo em questão.

Falta de reapresentação comparativa das demonstrações contábeis dos valores correspondentes

Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2015 a Empresa, por conta do processo de reconciliação de determinadas rubricas contábeis, identificou determinados erros referente a exercícios anteriores e procedeu ao registro no montante de R\$ 2.487 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, substancialmente referente a ajustes de estoques. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa, por conta da reconciliação do ativo imobilizado, conforme descrito na nota explicativa no.9, procedeu ao ajuste de R\$ 9.013, contra resultado de exercício anteriores. Entretanto, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram reapresentadas as demonstrações contábeis de 2015 e saldo iniciais, em decorrência da identificação dos referidos ajustes a serem computados em exercícios anteriores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentadas para fins de comparação foram auditadas por nós e o relatório datado de 30 de junho 2016 continha ressalvas relacionadas aos seguintes assuntos: (i) limitação dos procedimentos de auditoria sobre os saldos iniciais, (ii) falta de evidencia sobre os ajustes de exercícios anteriores e da reapresentação comparativa das demonstrações contábeis dos valores correspondentes, e (iii) falta de documentação suporte para registro de itens do ativo imobilizado.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

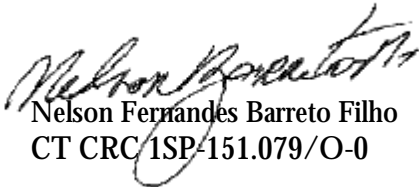
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 14 de agosto de 2017.



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUTI LTDA.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.304	3.986
Contas a receber	6	27.803	31.342
Adiantamentos		237	1.796
Estoques	7	42.549	30.343
Impostos a recuperar		2.885	1.377
Outros Ativos		12	-
Total dos ativos circulantes		76.790	68.844
Não circulante			
Depositos Judiciais		433	169
Partes Relacionadas	8	9.744	7.594
Imobilizado	9	44.283	43.690
Intangível		72	102
Total dos ativos não circulantes		54.532	51.555
Total dos ativos		131.322	120.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUTI LTDA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivos e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulantes			
Fornecedores	10	45.316	34.684
Contas a pagar		4.280	5.143
Empréstimos e Financiamentos	13	35.883	28.287
Obrigações Trabalhistas	11	19.266	17.537
Obrigações Tributárias	12	2.999	3.334
Total dos passivos circulantes		107.744	88.985
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	13	16.206	23.450
Obrigações Tributárias		650	-
Partes Relacionadas	8	629	-
Dividendos a distribuir	8.1	3.422	1.469
Provisões para Contingências	14	967	1.297
Total dos passivos não circulantes		21.874	26.216
Patrimônio líquido			
Capital Social	15.a	1.704	1.704
Reserva de lucros		-	3.494
Total do patrimônio líquido		1.704	5.198
Total do passivo e patrimônio líquido		131.322	120.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUTI LTDA.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita líquida	16	686.475	611.223
Custo das mercadorias vendidas	17	(410.633)	(366.150)
Lucro bruto		<u>275.842</u>	<u>245.073</u>
Despesas Operacionais			
Despesas operacionais e administrativas	18	(233.524)	(217.549)
Despesas com vendas	19	(13.414)	(12.362)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas		587	(48)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>29.491</u>	<u>15.114</u>
Resultado Financeiro	20	(13.112)	(4.582)
Lucro antes do imposto de renda		<u>16.379</u>	<u>10.532</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(5.125)	(5.561)
Lucro líquido do exercício		<u>11.254</u>	<u>4.971</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUTI LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.704	10.631	-	12.335
Lucro líquido do exercício		-	-	4.971	4.971
Lucros distribuídos		-	-	(3.095)	(3.095)
Transferência para reserva de lucros		-	1.876	(1.876)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	(9.013)	-	(9.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>1.704</u>	<u>3.494</u>	<u>-</u>	<u>5.198</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	11.254	11.254
Lucros distribuídos	15.b	-	(3.494)	(8.767)	(12.261)
Ajuste de Exercícios anteriores		-	-	(2.487)	(2.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>1.704</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUTI LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.254	4.971
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	7.021	5.981
Baixa de ativo imobilizado	100	-
Provisão para Contingências	(330)	1.297
Provisão para credores de liquidação duvidosa	(525)	1.113
Provisão de estoques	(450)	1.266
Provisão de juros sobre empréstimos	12.383	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	4.064	(8.554)
Estoques	(14.657)	(8.040)
Adiantamentos	1.559	-
Impostos a recuperar	(1.508)	(701)
Outros Ativos	(12)	3.586
Depositos judiciais	(167)	(138)
Partes Relacionadas	(2.071)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	10.632	11.181
Contas a Pagar	(668)	273
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	2.044	3.014
Partes Relacionadas	629	-
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	29.298	15.249
Juros pagos sobre empréstimos	(5.901)	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	23.397	15.249
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado e intangível	(7.562)	(6.982)
Empréstimos de Mútuo concedidos	(777)	-
Empréstimos de Mútuo recebidos	698	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.641)	(6.982)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Lucros distribuídos	(10.308)	(5.782)
Empréstimos captados (Principal)	38.766	(2.670)
Empréstimos Pagos (Principal)	(44.696)	1.503
Custo de transação	(200)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(16.438)	(6.949)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(682)	1.318
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.986	2.668
No final do exercício	3.304	3.986
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(682)	1.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

O Grupo Fartura de Hortifruti Ltda foi constituído em 25 de março de 2002, tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios. Tem em seu objetivo social as seguintes atividades:

Importação e exportação; comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos; comércio atacadista de bebidas; comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; comércio atacadista de embalagens; comércio varejista de plantas e flores naturais; cantinas - serviços de alimentação privativos; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; outras atividades de publicidade; comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico; atividades de limpeza; promoção de vendas; comércio varejista de hortifrutigranjeiros; comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; comércio atacadista de pescados e frutos do mar; comércio varejista de carnes – açougues; comércio atacadista de aves abatidas e derivados; comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais; restaurantes e similares; estacionamento de veículos; fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar; fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria; lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares.

Suas operações são desenvolvidas através de unidades comerciais localizadas no estado de São Paulo, distribuídas conforme segue:

Unidades de Varejo - Cidade

	31/12/2016	31/12/2015
São Paulo -SP	10	10
Campinas-SP	9	9
Sorocaba	2	2
Americana	2	2
Limeira	1	1
Indaiatuba	1	1
Total	25	25

A Empresa encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2016, com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 30.954 (em 2015, o CCL estava negativo em R\$ 20.141), isso em virtude de contratos de empréstimos de curto prazo. A empresa tomará empréstimos de longo prazo para liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo e os termos de garantias. Para equalizar os efeitos do Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo, a Empresa está negociando a prorrogação dos referidos contratos de curto prazo, por igual período. Em paralelo, está atenta ao cenário do mercado de crédito e, tão logo seja reestabelecida a estabilidade, realizará a captação do empréstimo de longo prazo.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Empresa em 14 de agosto de 2017.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

2.1.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, alteradas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

2.1.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros, em função da classificação, estão avaliados ao custo amortizado ou a valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. As estimativas devem ser determinadas com base no melhor conhecimento existente, na data de aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso e de acordo com a experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

As principais premissas referentes a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de resultar em ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são apresentadas a seguir:

a) **Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A Administração analisa o histórico de inadimplência e mensura o montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, reconhecendo as perdas estimadas.

b) **Redução para Perdas nos Estoques**

As perdas nos estoques são estimadas com base no histórico de perdas apuradas quando da realização dos inventários físicos de centros de distribuição e lojas, assim como na venda de itens abaixo do preço de aquisição.

c) **Vida Útil dos Ativos Imobilizados e Intangível**

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração quanto a utilização destes ativos ao longo de suas operações. A revisão de tais estimativas está condicionada a eventuais mudanças no cenário econômico e/ou mercado consumidor.

d) **Redução do Valor Recuperável de Ativos Financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Empresa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

e) **Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas**

A Empresa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Empresa também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos provenientes do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem ser divergentes das estimativas.

3.2 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e Mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, contas a pagar, e empréstimos e financiamentos.

Classificação

Os instrumentos financeiros da Empresa foram classificados nas seguintes categorias:

a) Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

b) Empréstimos e Recebíveis

Instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de elaboração das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Empresa correspondem aos empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber.

c) Passivos Financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.5 Estoques

São apresentados ao custo médio de aquisição, deduzido de redução por perdas estimadas para ajustá-los aos prováveis valores de realização e das bonificações recebidas dos fornecedores, quando aplicável.

3.6 Imobilizado

Mensurado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear utilizando taxas que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7 Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro transferem substancialmente à Empresa os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato. Os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os saldos de arrendamentos a pagar estão classificados em financiamentos bancário de curto e longo prazo no passivo.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada (calculada pelo método linear) e perdas no valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo os respectivos gastos refletidos na demonstração do resultado do exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável ao nível da unidade geradora de caixa.

3.9. Redução do Valor Recuperável de Ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2016, não houveram evidências que indicassem que um ativo não seria recuperável.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; assim, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

3.11 Impostos Sobre Vendas

As receitas de vendas de produtos estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços: ICMS - de 7% a 25%;
- Programa de integração social – PIS: 1,65%;
- Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS: 7,6%;
- ISS – Imposto sobre serviços – 5%
- Os produtos hortifrutigranjeiros in natura possuem alíquota zero.

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

- As receitas com venda de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas das devoluções, abatimentos e impostos sobre as vendas.
- O custo das mercadorias vendidas, incluem o custo de aquisição de mercadorias, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores.
- As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado, como despesas com vendas, quando da sua efetiva veiculação, deduzidas da participação dos fornecedores.

3.13. Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.14. Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestação de serviços.

3.15. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A Empresa não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) em decorrência de não ter ocorrido outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes as principais novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC:

- O IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Empresa está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2018.
- IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1.110	906
Bancos	2.186	3.078
Aplicações	8	2
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.304	3.986

O saldo de bancos é composto em sua integridade por depósitos à vista. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 8. A Empresa mantém aplicações financeiras automáticas de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e remuneradas a taxa média de 2% do CDI.

6. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas e Cheques a Receber	1.666	2.538
Devoluções a Receber	536	336
Cartões de Crédito, Débito, Ticket e Convênios a Receber	26.189	29.581
(-)PECLD	(588)	(1.113)
Total	27.803	31.342

As contas a receber de clientes são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidas. Os valores nominais destes títulos se aproximam de seus respectivos valores presentes pelo fato de serem realizáveis em curto prazo.

A exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é o valor contábil das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise das modalidades de cobrança, considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito, a análise dos créditos vencidos há mais de 180 dias e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. A carteira de clientes que não foi estimada perda refere-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis.

Os créditos vencidos e a vencer estão distribuídos conforme segue abaixo. Para os títulos vencidos a mais de 180 dias foi constituído uma Perda Estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	26.173	31.669
Vencidos	-	-
Até 30 Dias	1.485	165
Até 60 Dias	70	50
Até 90 Dias	21	73
Até 180 Dias	54	159
Acima de 180 Dias	588	1.113
Total	28.391	32.455

7. Estoques

A Empresa avaliou a capacidade de realização de seus estoques, e registrou em 31 de dezembro de 2016 o total de R\$ 816 referente a perdas estimadas em estoque de acordo com as políticas definidas pela administração.

	31/12/2016	31/12/2015
Estoques		
Mercadorias Para Revenda	31.940	29.961
Material de Embalagem e Uso e Consumo	3.441	1.648
Estoques em Trânsito	1.092	-
Adiantamento a Fornecedores	6.892	-
Redução Para Perdas de Estoque	(816)	(1.266)
Total	42.549	30.343

8. Partes Relacionadas

A Administração negocia contratos de mútuo com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz daqueles usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo assim, com que a contratação de parte relacionada reflita a opção que melhor atende aos interesses da Empresa em relação a prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares. Não houve recebimento de juros no período.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda (a)	5.791	5.791
Atacado Florence Ltda (a)	343	1.029
Arc Dia Comércio Varejista Ltda (a)	765	-
Arc Dia Comércio Varejista Ltda (b)	1.298	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda (b)	992	-
Comercial ki-Frutas Campinas Ltda (b)	16	-
CR Alves Participações Ltda (b)	1	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda (b)	9	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda (b)	3	-
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda (b)	523	774
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda (b)	3	-
Total	9.744	7.594

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo		
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda (c)	101	-
Comercial ki-Frutas Campinas Ltda (c)	20	-
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda (c)	2	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda (d)	506	-
Total	629	-

- (a) Referente a contratos de mútuo celebrado entre empresas do mesmo grupo econômico;
- (b) Referem-se as operações de vendas realizadas entre empresas do mesmo grupo econômico, em condições normais de mercado;
- (c) Referem-se as operações de compras realizadas entre empresas do mesmo grupo econômico, em condições normais de mercado;
- (d) Referem-se a alugueis a pagar, em condições normais de mercado.

8.1. Dividendos a distribuir

Os dividendos provisionados para distribuição em 2016 perfazem o total de R\$ 3.422 (R\$ 1.469 em 2015). Durante o exercício de 2016, foi constituído uma provisão de lucros R\$ 12.261, sendo R\$ 3.494 decorrente da conta de reserva de lucros e R\$ 8.767 do resultado do exercício. Do total, foi pago em 2016 o montante de R\$ 10.308.

8.2. Remuneração dos Administradores

Na forma na Lei das Sociedades por Ações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a remuneração total dos administradores foi de R\$ 998 (R\$ 825 – 31 de dezembro de 2015).

9. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa fez a adoção inicial às pratica contábeis adotadas no Brasil, as quais estão alinhadas com as normas contabilidade internacionais, referentes ao ativo imobilizado.

Os trabalhos foram desenvolvidos com base nos inventários físicos realizados nas lojas e centros de distribuições conforme escopo definido, informações internas, informações de mercado e documentos apresentados pelas pessoas envolvidas na execução dos trabalhos.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	% – Taxa anual de depreciação	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4	41	(1)	40	-
Instalações Comerciais	10	14.889	(7.376)	7.513	8.842
Moveis e Utensílios	10	11.960	(5.130)	6.830	7.915
Maquinas e Equipamentos	10	10.967	(3.640)	7.327	5.899
Ferramentas e Utilidades	10	1.034	(280)	754	347
Veiculos	10 a 20	10.326	(6.508)	3.818	4.433
Computadores, Periféricos e Telecom	20	2.742	(2.115)	627	667
Consórcios em andamento	-	214	-	214	-
Consórcios Contemplados	-	280	-	280	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	4 a 20	23.801	(6.921)	16.880	15.587
Total		76.254	(31.971)	44.283	43.690

Movimentação do Imobilizado

	Saldo em 31/12/15	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/16
Edificações	-	41	(1)	-	40
Instalações Comerciais	8.842	114	(1.443)	-	7.513
Moveis e Utensílios	7.915	77	(1.162)	-	6.830
Maquinas e Equipamentos	5.899	2.447	(920)	(99)	7.327
Ferramentas e Utilidades	347	481	(74)	-	754
Veiculos	4.433	529	(1.144)	-	3.818
Computadores, Periféricos e Telecom	667	184	(223)	(1)	627
Consórcios em andamento	-	214	-	-	214
Consórcios Contemplados	-	280	-	-	280
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	15.587	3.310	(2.017)	-	16.880
Total	43.690	7.677	(6.984)	(100)	44.283

10. Fornecedores

Abaixo segue quadro demonstrativo dos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de Mercadorias	44.009	33.440
Fornecedores de Imobilizado	1.307	1.244
Total	45.316	34.684

11. Obrigações Trabalhistas

Abaixo segue quadro demonstrativo dos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Salários	3.341	3.382
Encargos Sociais	3741	3.172
Provisão de Férias	8576	7.912
Provisão de Encargos Sociais s/ Provisão de Férias	3143	2.851
Outras Obrigações	465	220
Total	19.266	17.537

12. Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os impostos e contribuições a recolher estão apresentados da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
CSLL	252	365
IRPJ	821	1.125
PIS/COFINS/CS	14	16
ISS	58	45
ICMS	919	857
COFINS	462	621
PIS	100	135
INSS Retido	0	27
IRRF	205	96
Outros Impostos e Taxas	168	47
Total	2.999	3.334

13. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamento encontram-se detalhados no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos	52.289	51.737
Custos a amortizar	(200)	-
	52.089	51.737
Passivo Circulante	35.883	28.287
Passivo não Circulante	16.206	23.450

	31/12/2015	Adições		Pagamentos		31/12/2016
		Principal	Juros	Principal	Juros	
Empréstimos	51.737	38.766	12.383	(44.696)	(5.901)	52.289

A composição das parcelas em 31 de dezembro de 2016, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	Saldo a pagar
2017	36.083
2018	6.454
2019	5.706
2020	3.847
2021	199
	52.289

(a) Custos de transação de empréstimos

Os custos incorridos na captação de empréstimos serão apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, sendo que, o método utilizado para amortização foi o linear. Em decorrência do vencimento das operações, todo o valor residual será apropriado na despesa no ano de 2017.

(i) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

As garantias concedidas pela Empresa são compostas pelos recebíveis. Não há nos contratos de empréstimos, cláusulas restritivas de *Covenants*.

14. Provisão de Contingencias

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por Departamento Jurídico próprio e advogados externos. A Administração, com base em informações de seus Assessores Jurídicos, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas prováveis decorrente de ações. Foi provisionado aqueles processos cujo Administração os classificou como “Perda Provável”, conforme segue abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Civil	(36)	(2)
Fiscal	-	(347)
Trabalhista	(931)	(948)
Total	(967)	(1.297)

Para os processos cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como “possível”, que totalizam R\$ 7.151, sendo que, R\$ 847 corresponde a processos trabalhistas e R\$ 6.304 a tributários, não foram constituídas provisões em conformidade com as práticas contábeis brasileiras.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

As quotas de capital estão distribuídas conforme segue.

	%	Quotas
Carlos Roberto Alves	78,40%	1.336
Raimundo Desidério Alves Caetano	19,60%	334
Alex Alves dos Santos Brito	2,00%	34
Total de Quotas	100,0%	1.704

b) Distribuição de Lucros

Durante o exercício de 2016 o valor dos lucros distribuídos totaliza R\$ 12.261 dos quais R\$ 8.767 foi decorrente dos lucros apurados no exercício e R\$ 3.494 decorrente das Reservas de Lucros. A distribuição acontece na proporção da participação das quotas de capital dos sócios da Empresa.

c) Ajustes de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa identificou o montante de R\$ 2.487 referente a substancialmente ajustes de estoques, referentes a exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa havia identificado o montante de R\$ 9.013, referentes a ajustes de ativo imobilizado, por conta da adoção inicial dos pronunciamentos contábeis, conforme descrito na nota explicativas no. 9.

16. Receita Líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta de Vendas de Mercadorias	723.650	644.458
Outras Receitas	1.179	618
	724.829	645.076
Deduções		
Impostos s/ Venda	(37.831)	(32.922)
Devoluções	(523)	(931)
Receita Operacional Líquida	686.475	611.223

17. Custo das mercadorias vendidas

A Empresa registra o custo das mercadorias vendidas conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Custo das Mercadorias Vendidas	(410.633)	(366.150)
Total	(410.633)	(366.150)

18. Despesas operacionais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis e Arrendamentos	(29.400)	(26.482)
Despesas Administrativas	(794)	(1.074)
Despesas com Pessoal	(140.414)	(133.255)
Despesas com Transporte	(4.558)	(4.275)
Despesas Gerais da Operação	(46.667)	(39.669)
Despesas Tributárias	(5.039)	(3.137)
Depreciações e Amortizações	(7.021)	(5.981)
Outras Despesas / Receitas Administrativas	369	(3.676)
Total	(233.524)	(217.549)

19. Despesas com Vendas

	31/12/2016	31/12/2015
Propaganda e Publicidade	(5.002)	(4.953)
Deságio com Vendas em Cartão	(8.412)	(7.409)
Total	(13.414)	(12.362)

20. Resultado Financeiro

Receitas financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Rendimento das Aplicações Financeiras	77	75
Juros Ativos	100	105
Descontos Financeiro Obtidos	994	832
Variações Cambiais Positivas	1.177	273
Renda em operações com derivativos	119	-
Total	2.467	1.285

Despesas financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Bancárias	(482)	(411)
Juros Passivos e Multas de Mora	(237)	(137)
Descontos Concedidos	(169)	(116)
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(12.383)	(4.097)
Antecipações de Cartão	(347)	(258)
Variações Cambiais Negativas	(458)	(827)
IOF	(241)	(21)
Despesas com Derivativos	(1.262)	-
Total	(15.579)	(5.867)
Total Resultado Financeiro, líquido	(13.112)	(4.582)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Antes do IRPJ / CSLL	16.379	10.532
Adições a Base de Calculo	(1.236)	5.867
Exclusões a Base de Calculo	274	(44)
Base de Cálculo para IRPJ/CSLL	15.417	16.355
IRPJ - 15%	2.313	2.453
Adicional de IR - 10%	1.518	1.636
(-) Redução do IRPJ - PAT	(94)	-
IRPJ	3.737	4.089
CSLL - 9%	1.388	1.472
Total	5.125	5.561

21. Fatores de Riscos

A principal fonte de receitas da Empresa é a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, carnes, frios e derivados, mercearia e adega.

Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa estão apresentados a seguir:

a) Risco de Crédito

A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Empresa monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

A política de gestão de risco da Empresa permite operações de aplicação dos recursos de caixa somente com contrapartes de primeira linha, ou seja, com baixo risco de crédito, de acordo com as agências internacionais de rating.

b) Risco de Liquidez

A Empresa administra o risco de liquidez por meio da contratação de empréstimos bancários. A estratégia adotada é alongar a dívida de longo prazo fazendo com que os pagamentos se enquadrem no fluxo de caixa projetado das operações.

c) Risco de Capital

A Empresa administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Empresa é formada majoritariamente pelo patrimônio líquido.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Empresa. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

22. Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23. Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Empresa como arrendatária

A Empresa possui diversos contratos de arrendamento mercantil. Os termos do arrendamento são de dois a cinco anos. A opção de compra dos bens é sempre exercida no final dos contratos.

Os pagamentos totais de arrendamento desses contratos totalizam:

	31/12/2016	31/12/2015
Menos de um ano	(368)	(472)
Mais de um ano e menos de cinco anos	(277)	(332)
Total	(645)	(804)

24. Eventos Subsequentes

Em maio de 2017, a empresa aumentou seu capital social em R\$ 660, integralizando-o através das quotas de capital da empresa Oba Hortifrúti Comércio e Importação Ltda. Em decorrência das alterações, o quadro societário ficou distribuído como se segue:

	%	Quotas	
Carlos Roberto Alves	78,4%	1.853.467	1.853
Raimundo Desidério Alves Caetano	15,0%	354.630	355
Luis Las Casas Alves	4,6%	108.753	109
Alex Alves dos Santos Brito	2,0%	47.284	47
Total de Quotas	100,0%	2.364.134	2.364

* * *